

Inflexibilidade e irresponsabilidade do governo federal podem romper processo negocial

Após ocuparem o Ministério da Educação – MEC nessa terça-feira (15) em protesto às medidas neoliberais anunciadas pelo governo federal, os servidores técnico-administrativos das universidades federais, representados pela Fasubra, garantiram reunião com representantes do Ministério do Planejamento. No encontro, o governo se mostrou reticente quanto as pautas da categoria que geram impacto financeiro. Em contraponto, a federação foi firme ao dizer que “tem que manter a ‘porta aberta’, pois não é possível que o governo passe um ‘aspirador’ no orçamento, deixando os trabalhadores em uma situação de precariedade completa”.

Durante o encontro entre MPOG e Fasubra, ficou acordado que uma nova reunião será realizada na próxima quarta-feira (23), quando será analisado se há possibilidade de se manter e obter progresso em um acordo entre as partes ou se o processo negocial será suspenso, com a manutenção da greve da categoria. Ainda há o compromisso do governo federal em responder a contraproposta apresentada pela Fasubra nesta quarta-feira (16). A federação concorda com a vigência de dois anos do acordo, mas reivindica que o índice a ser aplicado na primeira parcela de reajuste, com impacto em 2016, seja de 9,5% e não de 5,5%, como propõe o governo.

Na tentativa de ganhar forças contra as medidas adotadas pelo governo, que prejudicam o funcionalismo federal e o resto da sociedade brasileira, os servidores técnico-administrativos realizarão trabalho corpo a corpo com parlamentares do Congresso Nacional, nesta quarta-feira (16).

Na quinta-feira (17), o Comando Nacional de Greve da Fasubra se reúne para avaliar a possível resposta do governo à contraproposta apresentada. A orientação da federação é de que as assembleias de base sejam realizadas na sexta-feira (18), segunda-feira (21) e terça-feira (22). Na UnB, a assembleia de base será na terça-feira (22), às 9h, na Praça Chico Mendes.

Veja os pontos anunciados pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento:

- Adiamento do reajuste dos servidores,
- Suspensão de concursos,
- Eliminação do abono de permanência dos servidores,
- Implementação do teto remuneratório do serviço público,
- Redução do gasto com custeio administrativo, mudança nas fontes fonte do PAC – Minha Casa Minha Vida,
- Cumprimento do gasto constitucional com Saúde,
- Revisão da estimativa de gasto com subvenção agrícola,
- Volta do CPMF com alíquota de 0,2% sobre movimentações financeiras e
- Taxação (com alíquotas de 15% a 30%) sobre ganhos com venda de terrenos e imóveis acima de R\$ 1 milhão

Para o Comando Local de Greve do Sintfub, as medidas do governo federal “são medidas neoliberais, idênticas às anunciadas pelo candidato da oposição nas eleições presidenciais. Tais medidas aceleram o retrocesso social, e a classe trabalhadora não vai aceitar isso”.